

A EVOLUÇÃO DA OFERTA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E SUPERIOR NO IFPR DE 2009 A 2014

Maria do Amparo Cardoso Domingues | Érica Dias de Paula Santana
Domingos Lima Leite Filho

RESUMO

Este artigo pretende apresentar a evolução da oferta de educação profissional e superior pelo IFPR a partir da análise das matrículas por forma de oferta e modalidade, eixos e cursos no IFPR de 2009 a 2014 a partir de dados coletados nos relatórios de gestão publicados por essa instituição. A intenção que acompanha este levantamento é verificar se é possível identificar prioridades e tendências a partir do percurso até aqui delineado na oferta educacional do IFPR, bem como verificar se e em que medida tal percurso/tendência se aproxima ou se distancia do preconizado na legislação. Para isso utilizou-se os relatórios de gestão dos exercícios de 2009 a 2014, onde constam os dados oficiais da instituição. Conclui-se que o processo de expansão do Instituto Federal do Paraná atende as expectativas relativas ao acesso da população a esta modalidade de ensino no que diz respeito ao número e distribuição de campus no Estado do Paraná e cessado o processo de expansão irá se delinear um novo desafio, a consolidação da instituição como referência de ensino e pesquisa.

Palavras-chaves: Educação profissional. IFPR. Rede Federal de Educação. Expansão.

A EVOLUÇÃO DA OFERTA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E SUPERIOR NO IFPR DE 2009 A 2014

1 INTRODUÇÃO

A formação do trabalhador no Brasil começou a ser feita desde os tempos mais remotos da colonização, tendo como os primeiros aprendizes de ofícios os índios e os escravos, e “habitou-se o povo de nossa terra a ver aquela forma de ensino como destinada somente a elementos das mais baixas categorias sociais”. (Fonseca, 1961, p. 68).

Desde 1909 quando o então presidente da república, Nilo Peçanha, criou 19 escolas de Aprendizes e Artífices e até hoje a Educação Profissional sempre teve um importante papel no processo no desenvolvimento de nosso país. Ao longo desse percurso histórico apresentaram-se diversas concepções e tendências pedagógicas, com frequentes embates, em torno das relações entre a educação profissional, a educação geral e o mundo do trabalho, caracterizando vínculos imediatos ou mediatos com a formação social da nação e as políticas econômicas de distintos períodos. Nestes embates destacaram-se duas concepções principais: a corrente que se preocupa em limitar a educação profissional ao atendimento imediato das demandas econômicas e a corrente que se preocupa em proporcionar o desenvolvimento integral do cidadão trabalhador. Tais configurações de concepções e políticas transformaram a educação tecnológica e profissional em um importante ambiente de disputa política com a finalidade de atender aspectos ideológicos específicos (FRIGOTTO, 2007).

Depois de assumir a Presidência da República, no ano de 2003, o governo Lula da Silva imprime à Rede Federal um novo e importante impulso na direção da sua expansão. A Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica – SETEC, vinculada diretamente ao MEC, anuncia planos bastante ambiciosos: se durante quase um século (1909 a 2002) foram construídas 140 unidades das instituições de Educação Profissional e Tecnológica no país, de 2003 a 2010 o MEC se propõe a construir 214 novas unidades federais, o que significa uma ampliação de 150% num intervalo de oito anos (BRASIL/MEC, 2007).

Uma mudança neste cenário já se anunciava e em 2004, em Brasília, por ocasião do Seminário Nacional CEFET e Universidade Tecnológica, realizado pelos CEFETs do Paraná,

Minas Gerais, Bahia e Rio de Janeiro, a questão fundamental foi o debate sobre a transformação dos CEFETs em universidades tecnológicas (LIMA FILHO, 2006). E Como resultado deste movimento, em 2005, um dos CEFETs criados em 1978, o do Paraná, transforma-se em Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR), depois de longos anos de negociação que se iniciaram ainda na gestão de Fernando Henrique Cardoso, mas só se concretizaram durante o governo de Lula da Silva. Nesse ínterim, os outros CEFETs mais antigos (CEFET-RJ e CEFETMG), aceleraram as suas gestões perante o governo federal para também seguirem o caminho para suas transformações em instituições de ensino superior. Logo este movimento ampliou-se para demandas de CEFETs mais novos, gerando pressão sobre o MEC e os governos federal e estaduais.

Ao contrário do que estas instituições esperavam em 2007 o governo exarou o Decreto 6.095/2007 criando uma nova estrutura para as instituições de educação tecnológica. Com isto buscou estabelecer diretrizes para um processo de integração de todas as instituições federais de educação profissional e tecnológica e a partir daí a criação dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (naquele momento, sob a sigla – IFET), no âmbito da Rede Federal de Educação Tecnológica. A criação dos Institutos Federais (IFs) buscava abrigar sob a mesma sigla não apenas os CEFETs, mas também as escolas agropecuárias federais e também as escolas vinculadas às universidades federais.

Então no ano de 2008 a educação profissional em nosso país passa por outra mudança importante, a promulgação da Lei 11.892 que cria os Institutos Federais de Ciência e Tecnologia. Essa nova estrutura busca oferecer educação profissional e tecnológica verticalizada. A Rede está em plena expansão e possui hoje 38 Institutos Federais espalhados por todo território nacional, cada instituto formado por diversos campi (unidades), compondo um total de 204 unidades em 2014.

No documento *Concepção e Diretrizes: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia*, publicado em 2008, o Ministério da Educação revela sua expectativa notadamente relacionada com a inovação e com a ampliação dos requerimentos deste novo formato institucional, utilizando expressões tais como “mudança paradigmática” e “inversão da lógica até então presente”. Segundo o documento, os Institutos Federais representariam a materialização de um novo projeto que busca conferir um maior destaque à educação profissional e tecnológica no seio da sociedade, mediante uma ação integrada e referenciada na ocupação e desenvolvimento do território, entendido como lugar de vida (BRASIL, 2010, p. 3).

Com reconhecido caráter de apoiar a formação para o trabalho, os institutos federais foram alvo de reformulação legal em 2008 que definiu nove distintas finalidades, apontando para objetivos educacionais mais abrangentes e um novo leque de responsabilidades institucionais. Dentre elas, destaca-se o incentivo para atuação na oferta de licenciaturas, a intensa interiorização de suas unidades escolares e o desafio de “identificar as parcerias estratégicas, mobilizar ativos locais, explorar potencialidades e oportunidades, a incorporar todos os aspectos das mesorregiões em que se situam: os físico-territoriais, os étnico-culturais, os socioeconômicos e os político-institucionais” (MACHADO, 2011, p. 374).

Pacheco (2009) também reafirma que a proposta de criação dos Institutos Federais visa agregar à formação acadêmica a preparação para o trabalho (compreendendo-o em seu sentido histórico, mas sem deixar de firmar o seu sentido ontológico) e discutir os princípios das tecnologias a ele concernentes dão luz a elementos essenciais para a definição de um propósito específico para a estrutura curricular da educação profissional e tecnológica. A organização pedagógica verticalizada, da educação básica a superior, é um dos fundamentos dos Institutos Federais, que permite que os docentes atuem em diferentes níveis de ensino e que os discentes compartilhem os espaços de aprendizagem, incluindo os laboratórios, possibilitando o delineamento de trajetórias de formação que podem ir do curso técnico ao doutorado. (PACHECO, 2009).

A lei de criação dos institutos deixa claro, no artigo 6º, inciso III, que estes devem “promover a integração e a verticalização da educação básica à educação profissional e educação superior, otimizando a infraestrutura física, os quadros de pessoal e os recursos de gestão” (BRASIL, MEC. Lei nº 11.892/2008).

O governo federal garantiu, na mesma lei, em seu artigo 8º, que os institutos devem prever um quantitativo de matrículas distribuído na seguinte proporção: (a) 50% das matrículas para formação técnica, (b) 20% das matrículas para formação de professores, sendo os outros 30% podendo ser destinado a qualquer outro nível de ensino, inclusive a pós-graduação.

Esta lei deixa claro que a principal função dos IFs é o ensino médio profissionalizante, e a própria estrutura foi concebida pensando este nível de ensino. O Art. 7º da Lei 11.892 observa que são objetivos dos Institutos Federais:

I - ministrar educação profissional técnica de nível médio, **prioritariamente na forma de cursos integrados**, para os concluintes do ensino fundamental e para o público da educação de jovens e adultos [grifo nosso] (BRASIL, 2008).

As licenciaturas ainda não têm uma estrutura administrativo-acadêmica própria. Não existe uma estrutura departamental, isso aponta que o objetivo, ao criar os IFs, não foi resolver

os problemas que limitavam as licenciaturas nos CEFETs, mas sim limitar sua expansão¹. No caso das licenciaturas a lei prevê no Art. 7º que: “cursos de licenciatura, bem como programas especiais de formação pedagógica, com vistas na formação de professores para a educação básica, sobretudo nas áreas de ciências e matemática, e para a educação profissional” (BRASIL, 2008).

No Paraná o impacto da promulgação da Lei. 11.892 resultou na transformação da Escola Técnica da Universidade Federal do Paraná em Instituto Federal do Paraná que passou a ter autonomia administrativa e pedagógica. O IFPR é uma instituição pública federal de ensino vinculada ao Ministério da Educação (MEC) por meio da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (SETEC), é voltada a educação superior, básica e profissional, especializada na oferta gratuita de educação profissional e tecnológica nas diferentes modalidades e níveis de ensino, tais quais os demais Institutos Federais. Hoje o IFPR encontra-se em plena expansão e está organizado para atuar na modalidade multicâmpus, presente nas cidades: Assis Chateaubriand, Campo Largo, Capanema, Cascavel, Colombo, Curitiba, Foz do Iguaçu, Irati, Ivaiporã, Jacarezinho, Jaguariaíva, Londrina, Palmas, Paranaguá, Paranaíba, Pinhais, Pitanga, Telêmaco Borba, Umuarama e União da Vitória, totalizando 21 *campus* no Paraná.

De acordo com dados do portal da informação do IFPR verificados em maio de 2015, e fornecidos a partir de dados SISTEC, hoje o IFPR possui 10997 estudantes distribuídos em cursos Técnicos Integrados, Subsequentes e Superiores. Além destes cursos o IFPR atua também na oferta de cursos de formação inicial e continuada (FIC) por meio dos programas do governo federal Pronatec, Mulheres Mil e Proeja-FIC².

Os cursos subsequentes são de nível médio e destinam-se aqueles que já concluíram o Ensino Médio regular, possuem duração de três a quatro semestres. Os cursos técnicos integrados ao ensino médio duram de três a quatro anos de acordo com o campus. Os cursos de nível superior são ofertados enquanto licenciaturas, bacharelados e tecnologia e tem duração variada de acordo com o curso. Além das modalidades presenciais o IFPR também oferta cursos técnicos na modalidade EAD.

Este trabalho pretende apresentar a evolução da oferta de educação profissional e superior pelo IFPR a partir da análise das matrículas por forma de oferta e modalidade, eixos e cursos no IFPR de 2009 a 2015 – a partir de dados coletados nos relatórios de gestão publicados por essa instituição. A intenção que acompanha este levantamento é verificar se é possível identificar prioridades e tendências a partir do percurso até aqui delineado na oferta educacional do IFPR, bem como verificar se e em que medida tal percurso/tendência se aproxima ou se distancia do preconizado na legislação.

1 O Seminário Nacional das Licenciaturas dos Institutos Federais (Senalif), realizado em Ouro Preto/MG e o I Fórum Nacional das Licenciaturas dos Institutos Federais (1º Fonalifes), realizado em Natal/RN, ambos em 2010 (LIMA, SILVA, 2011), levantaram em suas discussões a questão da carência de professores não só para a Educação Básica, como também de docentes com formação específica para atuar no ensino técnico e como estas demandas foram incluídas na configuração atual das políticas de formação de docentes propostas para a rede federal no projeto dos institutos federais.

2 Segundo dados da Instituição no ano de 2014 o Pronatec foi ofertado e realizado em 32 municípios do Paraná, sendo 22 localidades em câmpus do IFPR, e 10 localidades consideradas unidades remotas, que não possuem câmpus, totalizando 3462 estudantes matriculados e das 3936 vagas disponibilizadas pelo Ministério da Educação.

2 DA ESCOLA TÉCNICA (ET-UFPR) NASCE O INSTITUTO FEDERAL DO PARANÁ

O Instituto Federal do Paraná (IFPR), criado em 29 de dezembro de 2008 tem sua origem na Escola Técnica da Universidade Federal do Paraná (ET-UFPR). Por sua vez, a ET-UFPR originou-se da Escola Alemã, fundada em 1869 por GottliebMüeller e Augusto Gaetner e pertencia à antiga Colônia Alemã de Curitiba. Até 1914, o estabelecimento foi denominado de Escola Alemã, e depois desta data passou a ser chamado de Colégio Progresso e posteriormente de Academia Comercial Progresso.

Em 1941, a então Academia Comercial Progresso foi adquirida pela Faculdade de Direito da UFPR, sendo autorizada a funcionar sob a denominação de Escola Técnica de Comércio, anexa à Faculdade de Direito. Sendo que em 22 de janeiro de 1974, o Conselho Universitário decidiu integrá-la à Universidade, como órgão suplementar e, a partir de 1986, ela passou a ser denominada Escola Técnica de Comércio da Universidade Federal do Paraná.

A partir de 14 de dezembro de 1990, ao aprovar a reorganização administrativa da Universidade, o Conselho Universitário alterou sua denominação para Escola Técnica da Universidade Federal do Paraná, vinculando-a à Pró-Reitoria de Graduação e, em novembro de 1997, por decisão deste mesmo Conselho, foi classificada como Unidade da UFPR.

Em sessão do Conselho Universitário (COUN) da UFPR, realizada em 19 de março de 2008, a Escola Técnica da UFPR foi autorizada a aderir ao Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), elaborado pelo Ministério da Educação (MEC), cujo principal objetivo é a expansão da Educação Profissional e Tecnológica no Brasil.

Dessa forma, após 68 anos, a ET-UFPR desvincula-se da UFPR e transformasse em uma autarquia federal, detentora de autonomia administrativa, patrimonial, financeira, didático-pedagógica e disciplinar. Então em 19 de março de 2008 o Conselho Universitário da UFPR autoriza a implantação do Instituto Federal do Paraná a partir da estrutura da Escola Técnica.

Oficialmente em 29 de dezembro de 2008 o Presidente da República, Luis Inácio Lula da Silva, sanciona a Lei 11.892, que cria 38 institutos federais de educação, ciência e tecnologia, com 314 campi espalhados por todo o país.

Em 2009 o IFPR começa suas atividades atuando com três campi em funcionamento nas cidades de: Curitiba, Paranaguá, Foz do Iguaçu e Londrina que iniciou suas atividades no 2º semestre de 2009, ações estas decorrentes do plano de expansão da educação profissional proposta pelo Ministério da Educação (MEC).

A Reitoria que representa a estrutura administrativa central do Instituto Federal do Paraná está localizada no município de Curitiba e conta com a estrutura composta por Gabinete do Reitor e cinco pró-reitorias: Pró-reitoria de Planejamento, Orçamento e Finanças, Pró-reitoria de Ensino, Pesquisa e Pós-graduação, Pró-reitoria de Administração e Infra-estrutura, Pró-reitoria de Recursos Humanos e Assuntos Estudantis, Pró-reitoria de Interação com a Sociedade.

Para Domingos Sobrinho (2007) a causa que levou o governo federal a criar osIFs teve como fator fundamental a “redefinição identitária do professorado da rede federal e de suas instituições”, ou seja, que o aumento da qualificação dos professores, a criação dos espaços da graduação e da pós-graduação acabou limitando a atuação dos novos mestres e doutores. A estes, então, interessava ampliar seus espaços de atuação, limitados pela inserção dos CEFETs no ensino médio. A redução e mesmo eliminação do ensino técnico seria a consequência lógica deste movimento. O autor defende a ideia que a criação dos IFs pelo governo Lula da Silva seria fruto da importância dada por este governo à educação profissional, pois este compreende este tipo de educação como fundamental para o desenvolvimento nacional e também para a inclusão social dos menos favorecidos.

Bem diferente é a leitura de Otranto, para esta autora a explicação se encontra na mesma lógica que promoveu a inserção dos CEFETs nos cursos superiores, a lógica da reforma

educacional do governo Lula segue a mesma visão da gestão F. H. C. Assim, ao contrário do que defende Domingos Sobrinho, o governo Lula não promoveu uma ruptura com aquele e sim se caracterizou pela continuidade. O objetivo da criação dos IFs estaria ligado a negação do modelo das universidades federais (universidades de pesquisa), que o Banco Mundial rejeita para os países não desenvolvidos, e que seria o modelo almejado pelos CEFETs. Assim os IFs deveriam seguir outro modelo. Para o Banco Mundial este modelo seria de:

[...] instituições de educação superior que tenham custos inferiores aos das universidades, no que se refere aos cursos superiores técnicos, ganha especial destaque a alegação de que estes cursos seriam mais flexíveis, portanto mais integrados ao sistema produtivo, e de menor custo que o universitário tradicional. (...) A forma como está estruturado o IFET prevê otimização dos custos, e total controle da nova instituição, o que pode acarretar uma fiscalização e um direcionamento mais eficaz na subordinação da educação por ela ministrada aos interesses do mercado (OTRANTO, 2010).

Pensar os Institutos Federais, do ponto de vista político, representa a superação de visões reducionistas e a instituição de uma política pública que concorra para a concretização de um projeto mais amplo e inclusivo para a educação pública. Significa, portanto, ser este um lugar de disputas travadas no âmbito do Estado e dos atores sociais. Torna-se um território, arena de negociações nos processos políticos, econômicos e sociais, o que legitima e justifica a importância de sua natureza pública e afirma a importância de uma educação profissional e tecnológica como instrumento realmente vigoroso na construção e resgate da cidadania e da transformação social.

2.1 OBJETIVOS ESTRATÉGICOS DO IFPR X METAS DO PNE 2011-2020

Seus objetivos estratégicos definidos em consonância com a LDB (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional) e com o PNE (Plano Nacional de Educação) vão ao encontro do PPA (Plano Plurianual) 2012-2015. Dentro de seu PDI, aprovado para o período 2014-2018, apresenta-se nas páginas iniciais, tabela correlacionando as metas do PNE com os objetivos e diretrizes da Instituição traçados para que seja cumprido o escopo da lei. Na Educação Básica define sua missão como:

“... em síntese, para viabilizar um ensino de qualidade e a elevação dos níveis de acesso, o Programa Temático da Educação Básica busca, em consonância com os objetivos estabelecidos na proposta do PNE 2011-2020: (i) elevar o nível global de escolaridade da população; (ii) melhorar a qualidade da educação básica em todas as suas etapas e modalidades; (iii) democratizar a gestão do ensino público, nos estabelecimentos oficiais, obedecendo aos princípios da participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da escola e da participação das comunidades escolar e local em conselhos escolares ou equivalentes; (iv) promover a valorização dos profissionais da educação; e (v) reduzir as desigualdades sociais e regionais no tocante ao acesso e permanência dos estudantes. Com isso, espera-se consolidar a evolução positiva do quadro da educação básica, construído a partir de ganhos importantes obtidos nos últimos anos”.

Na Educação Profissional e Tecnológica:

“... entre as principais metas do Programa para o período 2012-2015 está: elevar o número de escolas da rede federal de educação profissional e tecnológica para 563; ampliar o número de matrículas da educação profissional e tecnológica; oferecer 8

milhões de vagas de educação profissional e tecnológica, com a concessão de 3 milhões de bolsas a estudantes do Ensino Médio da rede pública, inclusive da educação de jovens e adultos, trabalhadores e beneficiários dos programas federais de transferência de renda; ampliar a oferta de cursos de profissionalização articulados com elevação de escolaridade, especialmente para mulheres em situação de vulnerabilidade social; e elevar o percentual de matrículas de educação de jovens e adultos na forma integrada à educação profissional. Essas metas visam traduzir os compromissos enunciados no PNE 2011-2020 proposto pelo Poder Executivo do governo federal no PPA e demandam a atuação conjunta da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios”.

E na Educação Superior:

“... considerando esses desafios, o Programa Temático Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão, em consonância com a proposta do novo PNE 2011-2020, tem como eixos norteadores a expansão da oferta de vagas na educação superior, a garantia de qualidade na educação, a promoção da inclusão social e o desenvolvimento econômico. Dentre as principais metas, destacam-se a ampliação da participação proporcional dos grupos historicamente excluídos (como negros e índios) na educação superior; a elevação do número de Câmpus da Rede Federal de Educação Superior para 321 e do número de Universidades para 63; a elevação das taxas de matrículas; a elevação do número de mestres e doutores titulados e em exercício no corpo docente das universidades; e o aprimoramento dos instrumentos de avaliação da qualidade do ensino, seja na graduação, seja na pós-graduação. Por fim, deve-se ressaltar que as metas e estratégias de ampliação da oferta e democratização do acesso e permanência do estudante, propostas no PNE e no PPA, dependem dos esforços conjuntos da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios”.

Em consonância e para cumprir essas metas o IFPR pontua diversos objetivos estratégicos, dentre os quais destacamos:

- Fomentar as práticas esportivas e culturais nos Câmpus;
- Proporcionar aos alunos a inserção ao mercado de trabalho através da oferta de estágio e emprego;
- Desenvolver mecanismos de acompanhamento de egressos;
- Implementar programas de empreendedorismo inovador;
- Promover a inclusão tecnológica nos Câmpus;
- Criar mecanismos para a redução da evasão;
- Criar ambientes multidisciplinares para o processo ensino-aprendizagem;
- Manter e acompanhar o sistema de cotas;
- Fomentar a criação de programas de pós-graduação;
- Estruturar metodologia para a abertura de novos cursos;
- Consolidar e ampliar o sistema de parcerias em todos os níveis do IFPR;
- Promover parcerias com setor empresarial de referência no mercado;
- Desenvolver o processo de transferência de conhecimento e tecnologia;
- Alinhar as ações institucionais com os objetivos estratégicos.

3 NÚMEROS DA OFERTA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E SUPERIOR PELO IFPR

Os dados apresentados neste trabalho foram retirados dos relatórios de gestão publicados anualmente no site oficial do IFPR. Os relatórios não são elaborados exatamente da mesma forma em todos os anos, por essa razão em alguns anos serão apresentados o total de matrículas

diferenciadas em forma de ensino (integrado, subsequente ou superior) e outros anos serão apresentados somente o total de matrículas sem a diferenciação na forma de ensino.

• **Relatório de gestão do exercício de 2009**

Total de Campus: 04 (Curitiba, Paranaguá, Foz do Iguaçu, Londrina)

Câmpus Curitiba: tivemos o total de 1.311 matrículas, sendo destas 636 de Curso Técnico Subsequente, 585 matrículas no Curso Técnico Integrado e 90 matrículas nos Cursos Superiores de Tecnologia.

Câmpus Paranaguá: Foram ao total 288 matrículas, sendo destas 64 na modalidade Curso Técnico Subsequente e 165 matrículas no curso Técnico Integrado.

Câmpus Foz do Iguaçu: Tivemos 57 matrículas, sendo destas 32 na modalidade Subsequente e 25 matrículas no Técnico Integrado.

Câmpus Londrina: Iniciou com 145 matrículas na modalidade curso técnico subsequente.

• **Relatório de gestão do exercício de 2010**

Total de câmpus: 13

De acordo com o relatório de gestão foram 5.535 matrículas em cursos presenciais e 28.808 incluindo a modalidade EAD.

• **Relatório de Gestão do exercício de 2011**

Total de Câmpus: 13 *campus*

De acordo com o relatório de 2011 foram de 6.358 alunos matriculados na modalidade de curso presencial e 34.200 incluindo alunos na modalidade EAD.

• **Relatório de Gestão do exercício de 2012**

Total de Campus: 14

Este relatório apresenta o total de 50323 matrículas incluindo EAD sem diferenciar forma de oferta

• **Relatório de gestão do exercício de 2013**

Total de Campus: 20 *campus*

Este relatório apresenta o total de 41557 matrículas incluindo EAD sem diferenciar forma de oferta.

• **Relatório de gestão do exercício de 2014**

Total de Campus: Cerca de cinco anos após ser instituído formalmente, o IFPR possui 28 câmpus, sendo (20 câmpus físicos, 05 câmpus avançados e 03 câmpus avançados “em implantação”) espalhados por todo o estado. Destes, 24 câmpus contam com oferta de cursos regulares e 04 câmpus ainda não dispõem de oferta de cursos regulares.

Este relatório apresenta que no ano de 2014 foram matriculados 3462 estudantes, das 3936 vagas finais disponibilizadas pelo Ministério da Educação, entretanto não apresenta total de matrículas ativas no período.

De acordo com dados encontrados no Portal de Informações do IFPR, em junho de 2015 há 11819 matrículas ativas na modalidade presencial em cursos técnicos e superiores e não apresenta o total de vagas ofertadas na modalidade EAD.

Embora os relatórios de gestão de 2012, 2013 e 2014 não diferenciem o total de matrículas ativas na modalidade EAD e presencial, podemos fazer essa diferenciação subtraindo as matrículas presenciais apresentadas no Portal de Informações do IFPR através da seguinte tabela e gráfico:

Quadro 1 – Alunos em cursos x *Campus*.

CÂMPUS	ALUNOS EM CURSO		
	Hoje	2014	2013
Assis Chateaubriand	349	301	318
Barracão - Avançado	37	0	0
Campo Largo	423	343	236
Capanema	33	0	0
Cascavel	170	77	33
Colombo	38	0	0
Câmpus Avançados Coronel Vivida e Goioerê	149	0	0
Curitiba	3.917	2.419	2.407
Foz do Iguaçu	510	477	448
Irati	285	179	165
Ivaiporã	382	241	158
Jacarezinho	499	567	397
Jaguariaíva	44	0	0
Londrina	560	401	379
Palmas	1.971	1.372	1.754
Paranaguá	924	439	594
Paranavaí	484	282	241
Pinhais	102	0	0
Pitanga	40	0	0
Telêmaco Borba	519	407	301
Umuarama	343	191	236
União da Vitória	40	0	0
TOTAL	11.819	7.696	7.667

Fonte: Portal de informações do IFPR, 2015.

Gráfico 1 – Evolução no número de alunos em curso.



Fonte: Portal de informações do IFPR, 2015.

Com estas informações observamos o avanço do processo de expansão do IFPR. De um total de 4 *campus* em 2009 hoje ele conta com 20 *campus* em funcionamento e mais 8 em processo de implementação.

Figura 1 – Mapa do IFPR no Paraná.



Fonte: IFPR. Disponível em: <<http://reitoria.ifpr.edu.br/navegue-no-mapa/>>.

Observando o mapa acima percebemos que o IFPR está distribuído em todo território do Estado do Paraná o que amplia o acesso da população ao nível de formação profissional e tecnológica, tanto em níveis iniciais de formação quanto formação continuada. Certamente caracteriza-se como um grande passo para diminuir as desigualdades de acesso de ensino, o próximo passo a ser dado neste sentido certamente consiste no processo de consolidação dessa instituição constituindo-se como referência na área de ensino e pesquisa.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Criação dos Institutos Federais e a reorganização da Educação Profissional e Tecnológica dada pela Lei 11.892 proporcionou um aumento de 1801 matrículas em 2009 para 11.819 em 2015 o que caracteriza um crescimento de mais de seis vezes nas matrículas de cursos presenciais. Se contabilizarmos as matrículas na modalidade EAD temos um aumento ainda maior.

A análise destes relatórios não nos permite verificar se todas as determinações contidas na Lei, com por exemplo os percentuais obrigatórios para cursos técnicos integrados ao Ensino Médio e para Licenciaturas, foram cumpridos, entretanto este significativo aumento, fruto do novo direcionamento dado a educação profissional caracteriza-se positivamente se tomarmos como pressuposto:

... educação básica unitária (especialmente nas etapas dos ensinos fundamental e médio) e a educação profissional⁵, tendo a primeira como uma conquista efetiva e de qualidade, e ambas como um direito, são requisitos fundamentais para todas as dimensões da vida, sob condições plenas de justiça, de cidadania e de democracia. Sendo assim, o acesso à educação básica e à formação profissional de qualidade possibilita uma inserção ativa e autônoma nos processos de produção, mormente sob as novas bases da ciência e da tecnologia⁶. (CIAVATTA, FRIGOTTO E RAMOS, 2006).

A meta 11 no Plano Nacional de Educação dado pela Lei 13.005/14 é triplicar as matrículas da Educação Profissional Técnica de nível médio até 2024 passando de um total de 1.441.051 para 4.323.153, assegurando a qualidade da oferta e pelo menos 50% da expansão no segmento público. Considerando que o IFPR se encontra em plena expansão podemos apontar como perspectiva factível que o total de matrículas desta instituição ainda irá aumentar e desta forma contribuir para a aproximação do cumprimento da meta 11 do PNE.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Educação. Lei 11.892. Brasília, dezembro, 2008.

FONSECA, Celso Suckow. **História do Ensino Industrial no Brasil**. Rio de Janeiro: Escola Técnica, 1961.

FRIGOTTO, G; CIAVATTA, M. & RAMOS. **Educação Profissional e Desenvolvimento**. Berlim: Centro Interamericano de Educação/Unesco, 2006.

INSTITUTO FEDERAL DO PARANÁ. Plano de desenvolvimento institucional. Disponível em: <<http://reitoria.ifpr.edu.br/wp-content/uploads/2014/10/PDI-2014-2018-Vers%C3%A3o-Final1.pdf>>. Acesso em: 30 de maio de 2015.

INSTITUTO FEDERAL DO PARANÁ. Relatórios de gestão do exercício de 2009. Disponível em: http://reitoria.ifpr.edu.br/wp-content/uploads/2011/03/Relatorio_Gestao_2009_IFPR.pdf . Acesso em: 01 jun. 2015.

INSTITUTO FEDERAL DO PARANÁ. Relatórios de gestão do exercício de 2010. Disponível em: <http://reitoria.ifpr.edu.br/wp-content/uploads/2011/03/relatorio_gestao_20101.pdf>. Acesso em: 01 jun.2015.

INSTITUTO FEDERAL DO PARANÁ. Relatórios de gestão do exercício de 2011. Disponível em: <<http://reitoria.ifpr.edu.br/wp-content/uploads/2011/03/02-Relat%C3%B3rio-deGest%C3%A3o-2011-IFPR1.pdf>>. Acesso em: 01 de junho de 2015.

INSTITUTO FEDERAL DO PARANÁ. Relatórios de gestão do exercício de 2012. Disponível em: <http://200.17.98.44/proplan/wp-content/uploads/2013/04/Relat%C3%B3rio-de-Gest%C3%A3o-de-2012_IFPR_Vers%C3%A3o-Final.pdf>. Acesso em: 01 jun.2015.

INSTITUTO FEDERAL DO PARANÁ. Relatórios de gestão do exercício de 2013. Disponível em: <http://200.17.98.44/proplan/wp-content/uploads/2014/05/Relat%C3%B3rio-de-Gest%C3%A3o-de-2013_IFPR_Vers%C3%A3o-Final_.pdf>. Acesso em: 01 jun. 2015.

INSTITUTO FEDERAL DO PARANÁ. Relatórios de gestão do exercício de 2014. Disponível em: <<http://info.ifpr.edu.br/wp-content/uploads/Relat%C3%B3rio-de-Gest%C3%A3o-de-2014.pdf>>. Acesso em: 01 jun. 2015.

MACHADO, Lucília Regina De Souza. Saberes profissionais nos planos de desenvolvimento de Institutos Federais de educação. **Cad. Pesqui.**, São Paulo, v. 41, n. 143, Aug. 2011.

LIMA FILHO, D. L. (2006) A universidade tecnológica e sua relação com o ensino médio e a educação superior: discutindo a identidade e o futuro dos CEFETs. In: LIMA FILHO, D. L. e TAVARES, A. G. (Orgs). Universidade Tecnológica: concepções, limites e possibilidades. Curitiba: SINDOCEFET-PR. 2006.

OTRANTO, C. R. Criação e implantação dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia – IFETs. **Revista RETTA** (PPGEA/UFRRJ), Ano I, nº1, jan-jun. 2010.

PACHECO, Eliezer. **Os institutos federais: uma revolução na educação profissional e tecnológica**. Brasília: MEC, 2009.